



TEATRO E INCLUSÃO SOCIAL NA PERIFERIA DE BRUMADINHO/MG: APROXIMAÇÃO COM FUTUROS USUÁRIOS DA PRAÇA DO CENTRO DE ARTES E ESPORTES UNIFICADOS

THEATER AND SOCIAL INCLUSION IN THE PERFERIA DE BRUMADINHO: APPROACH WITH FUTURE USERS OF THE ARTS CENTER AND UNIFIED SPORTS CENTER

DOI: <http://dx.doi.org/10.5965/1984317814042018126>

Ricardo Carvalho de Figueiredo

Universidade Federal de Minas Gerais
ricaredo@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo parte de um dado biográfico do autor, quando foi autuado por crime ambiental não cometido. A partir da sua atuação como formador de professores de teatro na Universidade Federal de Minas Gerais, propôs o pagamento do valor em serviço, como forma de incluir-se na comunidade onde vive e desenvolver uma iniciação teatral à comunidade. Desse modo, criou um projeto para capacitar agentes culturais para o Centro de Artes e Esportes Unificado (CEU) que seria inaugurado na cidade de Brumadinho / MG e pode, através de oficinas de contação de histórias, estabelecer a inclusão social da comunidade pertencente ao bairro onde encontra-se o equipamento cultural e dialogar sobre o campo do patrimônio imaterial. Sua ação repercutiu na conscientização das participantes na importância e reconhecimento do uso e apropriação do equipamento cultural, além de ampliar o campo das artes cênicas. Como continuidade da proposta foi elaborado um projeto de extensão, onde o autor é docente a fim de aproximar universidade e comunidade em prol de novas conquistas culturais e troca de saberes.

Palavras-chave: Pedagogia do Teatro. Praça CEU. Contação de histórias. Patrimônio imaterial.

ABSTRACT

This article is based on a biographical account of the author, when he was charged with an environmental crime not committed. From his acting as teacher of theater teachers at the Federal University of Minas Gerais, he proposed the payment of the value in service, as a way to include himself in the community where he lives and develop a theatrical initiation to the community. In this way, he created a project to train cultural agents for the Center of Arts and Unified Sports (CEU) that would be inaugurated in the city of Brumadinho / MG and can, through storytelling workshops, establish the social inclusion of the community belonging to the neighborhood where you will find the cultural equipment and dialogue about the field of intangible heritage. Its action had an impact on the awareness of the participants in the importance and recognition of the use and appropriation of cultural equipment, in addition to expanding the field of scenic arts. As a continuity of the proposal an extension project was elaborated, where the author is a teacher in order to bring university and community closer to new cultural achievements and exchange of knowledge.

Keywords: Pedagogy of the Theater. Plaza CEU. Storytelling. Intangible assets.



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa apresentar e discutir minha inserção em uma comunidade da cidade de Brumadinho/MG, onde localiza-se as futuras instalações do equipamento cultural Praça do Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU). Essa aproximação se deu através de uma proposição, após ter sido autuado por crime ambiental no imóvel, em pagar a multa estipulada através da própria mão de obra. Por ter sido de interesse a minha área de atuação profissional, professor de teatro, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente repassou a multa para ser cumprida através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo para que eu pudesse propor alguma ação de mobilização inicial dos futuros usuários da Praça CEU. Diante da demanda, escrevi um projeto em que previa a capacitação de agentes culturais, na concepção trazida por Teixeira Coelho (1997), a fim de que os agentes, já iniciados no trato com a arte e cultura, pudessem propor desdobramentos da formação inicial e construir uma rede de pertencimento à Praça CEU com os moradores de sua adjacência. Apresento a seguir os dados biográficos que proporcionaram esse encontro e no longo do texto o processo de inclusão social, troca de saberes e novos aprendizados.

2 DESLOCAMENTOS (OU A DESCOBERTA DO CRIME AMBIENTAL)

Ano de 2014. Fazia algum tempo que queria mudar-me da capital mineira para um lugarejo mais tranquilo e rodeado pela natureza. Foi quando escolhi o distrito de Casa Branca, pertencente ao município de Brumadinho/MG que dista 40 km da cidade de Belo Horizonte/MG. Na ocasião, aluguei uma casa em um condomínio para verificar as condições de deslocamento, se me adaptaria à região, que é linda, porém com um acesso perigoso de ladeiras e curvas pelo parque Estadual Serra do Rola Moça – uma área de proteção ambiental. Desde a primeira vez fiquei encantando com o lugar e decidi que construiria uma casa no condomínio onde já residia. Passados alguns meses, encontrei um lote de 600 m² que tinha uma vista para uma das montanhas mais belas. Era ali que visualizei passar meus dias,



quando retornaria para casa, após um dia de trabalho na capital. Consegui comprar o lote.

Após a compra, passei alguns meses me capitalizando, enquanto elaborava, junto da arquiteta contratada, o projeto da tão sonhada casa própria. Projeto pronto, devidamente aprovado no condomínio, fui aprová-lo na Prefeitura Municipal de Brumadinho – para seguir todos os trâmites legais de uma construção. Foi aí que me deparei com a ausência da autorização da Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) para dar início à construção. Solicitei o pedido e pensei que o trâmite seria liberado rapidamente.

Passaram-se alguns meses, até que recebi uma notificação, autuando-me por desmatamento ambiental com uma multa de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Ao receber o documento, procurei a Secretaria para mostrar que o lote não havia sido modificado por mim desde o momento que o comprei. Este já possuía cerca, padrão de energia elétrica, registro de água, e fossa séptica – que é o sistema da região. Entreguei à SEMA os comprovantes de pagamento desse material, fornecidos à época pela proprietária, com data anterior à minha posse. Nova espera.

Alguns meses depois, obtive a resposta de que eu havia cortado as árvores e que, por ter recorrido, a multa havia baixado em 30%, totalizando agora R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais). Acionei a arquiteta que conseguiu fotos do programa *Google Earth* com datas anteriores à posse do imóvel e comprovavam que tempos atrás haviam árvores no lote, mas que foram retiradas antes de minha aquisição do terreno.

Elaborei nova argumentação, protocolei na SEMA e aguardei mais alguns meses para obter a resposta. Finalmente recebi um novo documento em que dizia que o crime ambiental pertence ao imóvel e, como agora este estava sob minha posse eu teria que pagar pelo ocorrido, independente de quem havia retirado as árvores. Sem entender da área jurídica, mas me sentindo ainda lesado por ter comprado um imóvel já condenado ambientalmente, recorri na última instância junto ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA).



O CODEMA é composto de membros da sociedade civil, secretário de Meio Ambiente e outros representantes legais para julgar processos na última instância da SEMA. Me convidaram para uma sessão do CODEMA em que meu processo seria julgado em última instância. Me organizei para estar na reunião, física e psiquicamente, já que nunca tinha vivido uma situação em que era acusado de um crime. A sessão, que ocorreu na câmara dos vereadores da cidade, foi aberta pelo secretário, que informou os casos a serem julgados naquela manhã e quando chegou o meu, tive três minutos para me defender. Até aquele momento só tinham meu nome e CPF, desconhecendo minha pessoa e minha área de atuação.

Apresentei-me, falei da minha formação¹ e do meu trabalho como professor da graduação e pós-graduação na área de Teatro da Universidade Federal de Minas Gerais. Levantei alguns questionamentos junto ao fórum (eu estava bastante nervoso pela situação pouco confortável daquele contexto), destacando que como eu era professor, trabalhava na perspectiva da conscientização e proteção ambiental e questioneei a empregabilidade do dinheiro relativo à multa, já que haviam me proposto, em uma das diversas vezes que fui à SEMA, que eu abrisse uma conta em um depósito de construção para que os funcionários da SEMA buscassem material até somar o valor total da minha dívida.

Também mencionei que se a SEMA tem necessidade de arrecadação que foi criada uma certidão negativa do Meio Ambiental e, no momento de compra/venda de um imóvel, exigiria esse documento a fim de que um crime ambiental não fosse repassado a outra pessoa. A partir dos pontos de conscientização e proteção ambiental, propus então pagar o valor da dívida em serviços prestados à comunidade, já que, como pessoa de teatro, eu poderia auxiliar com algum processo teatral que viesse a conscientizar as pessoas ao cuidado e preservação do meio ambiente – um bem comum a toda sociedade.

Como um dos conselheiros do CODEMA era o Secretário de Cultura e Turismo, ele anunciou de imediato que aquela Secretaria tinha interesse em meus

¹ Sou Licenciado em Artes Cênicas pela Universidade Federal de Ouro Preto, Especialista em Arte-Educação pela PUCMinas, Mestre e Doutor em Artes pela Universidade Federal de Minas Gerais.



serviços. Como não houve discordância dos demais membros, ficou ajustado que eu assinaria um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) e “pagaria” a multa com os meus serviços por via da Secretaria de Cultura e Turismo de Brumadinho.

3 ALINHANDO OS PONTOS (OU CONHECENDO A DEMANDA DA SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO)

A Secretaria de Cultura e Turismo (SECULT), por meio do seu secretário, teve interesse em minha proposta por dois motivos: primeiro pela minha qualificação profissional e segundo por terem que organizar, a nível de capacitação, pessoas da cidade para atuarem como agentes culturais no Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) que estava em construção. De acordo com o Ministério da Cultura, os CEUs:

integram um mesmo espaço de programas e ações culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e de inclusão digital, para promover a cidadania em territórios de alta vulnerabilidade social das cidades brasileiras. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017, p.01)

Ao entender a demanda desta Secretaria, encarei o seguinte desafio: Como proporcionar uma experiência artística, no formato de capacitação inicial e avançada, para agentes culturais da cidade que se interessam pelo trabalho com as Artes Cênicas?

Parti do pressuposto de que a equipe gestora² da Praça CEU criaria estratégias para aproximar agentes culturais da proposta que organizei ouvindo as demandas da Secretaria. Essas estratégias estão apontadas na Cartilha de orientação para ações de mobilização nos CEUs.

² A equipe gestora dos CEUs é formada entre “as prefeituras e a comunidade, com a formação de um Grupo Gestor, que fica encarregado de criar um Plano de Gestão, e também conceber o uso e programação dos equipamentos”. (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2017).



Destaco as seguintes ações enquanto proposta inicial apresentada àquela Secretaria:

- a) curso de capacitação inicial/avançada para agentes culturais em teatro visando oficinas de sensibilização para crianças, jovens, adultos e idosos;
- b) curso de capacitação inicial/avançada para agentes culturais em contação de história visando oficinas de sensibilização para crianças, jovens, adultos e idosos;
- c) criação de uma esquete teatral com os agentes culturais interessados para promover o acesso ao teatro enquanto espetáculo e manifestação artística.

As três ações propostas inicialmente foram recebidas com grande interesse pela Secretaria, haja vista a falta de pessoal qualificado para atuar como agente cultural na Praça CEU.

As ações previstas por mim tiveram como fonte de inspiração a Agenda 21 da Cultura – um dos pressupostos que me baseei para elaboração da proposta.

4 AGENDA 21 DA CULTURA – UM BREVE RECORTE

O contexto em que a Agenda 21 da Cultura foi acordada discutiu sobre as práticas culturais vigentes, dentro do modelo neoliberal, que veem a cultura como instrumento de novos lucros, de controle e dominação ou como privilégio de poucos, constituindo numa ameaça da sobrevivência da diversidade cultural planetária – o que é ponto fundamental de discussão da nossa proposta enquanto formadores de agentes culturais e formadores de professores de arte no contexto atual.

Desde o acontecimento do Fórum Universal das Culturas em que foi criado a Agenda 21 da Cultura no ano de 2004, os setecentos e cinquenta governos participantes deram início a implantação de políticas públicas. As cidades passaram a ser mais uma ferramenta para atuar como importantes agentes de mudança social na perspectiva da inclusão social, com ênfase nos direitos humanos, na diversidade cultural e na democracia participativa.



O surgimento da Agenda 21 da Cultura veio reforçar dois conceitos na elaboração de uma estratégia cultural local: a transversalidade e a participação. Para Jordi Pascual (2008) através da transversalidade a cultura deve “responder a muitos dos desafios da sociedade” (2008, p.60) e nesse sentido é “preciso que os departamentos de cultura se dotem de ferramentas fortes, de planos ambiciosos que explicitem a vocação de influir no resto das ferramentas de planejamento local.” (PASCUAL, 2008, p. 60).

Porém, como pontua Pascual, a transversalidade trata de valorizar as artes, o patrimônio e as indústrias criativas utilizando-as como “alavanca para erguer o setor e influir em outros âmbitos” (PASCUAL, 2008, p. 60). Essa importante discussão no campo da política cultural é essencial para a formação de agentes culturais da área de Artes Cênicas, haja vista a dinâmica cultural das cidades que investem na cultura criativa como potencialidade (e saída) para um futuro próximo, já que a cidade de Brumadinho/MG, tal como tantas outras cidades do Estado de Minas Gerais, tem como importante fonte de arrecadação a atividade de exploração mineral – recurso não renovável. Logo, uma política cultural conectada nesses princípios deve promover uma política pública na concepção de uma cultura criativa, abrangendo ações as mais diversas e dialogando com a população em distintas frentes de valorização, reconhecimento, resgate e produção de bens culturais.

Já no que diz respeito ao conceito de participação é apresentado como sendo a:

necessidade de articular mecanismos de participação e cooperação local; no campo cultural: já existe uma ampla tradição de interlocução entre o setor público e as organizações do setor privado e do setor associativo. (PASCUAL, 2008, p. 60).

Por esse viés, a Agenda 21 da Cultura coloca-nos a necessidade de repensarmos quais são esses agentes da participação e inclui:



organizações e associações que não atuam estritamente como agentes culturais, como, por exemplo, novas associações de cidadãos, escolas e centros de formação, meios de comunicação locais, empresas de novas tecnologias. (PASCUAL, 2008, p. 60).

Desse modo, como professor universitário entendo que a universidade pública brasileira tem como um de seus pilares a extensão universitária, além do ensino e da pesquisa, daí a necessidade de “enxergar a extensão como parte integrante do processo de democratização do saber acadêmico, uma vez que, por meio dela, este saber retorna à Universidade testado e reelaborado.” (FORPROEX, 2006, p.24). A ampliação das ações educativas da universidade precisa acontecer de modo que o conhecimento construído dentro dela possa ser socializado e devolvido à sociedade e também testado e repensado pelos formadores universitários – que é o meu papel dentro da universidade.

Destacamos ainda na Agenda 21 da Cultura que é na cidade que conseguimos ser plurais e termos um encontro mais pleno com a alteridade. Há uma premissa de que a cidade é o espaço em que a globalização se manifesta com mais intensidade e onde as consequências desse processo são mais perceptíveis. As cidades são vistas então como espaço fundamental da experiência humana, propiciadora de encontros, contatos e intercâmbios. Há ênfase no convívio com a diferença, enquanto elemento central da consolidação democrática.

Meu interesse em propor esse projeto à cidade de Brumadinho vai de encontro à perspectiva de a universidade pública ampliar suas ações junto de governos que investem na cultura criativa e, também, pelo fato de apostar em princípios de descentralização da política cultural para além do eixo da capital mineira, empreendendo novas atitudes político-estéticas na cidade.

Apresento a seguir as três frentes de capacitação propostas em consonância com os princípios apontados pela Agenda 21 da Cultura.



5 AS TRÊS FRENTES DE CAPACITAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS

Foram propostos três cursos de capacitação para agentes culturais, sendo:

- a) Curso de capacitação inicial/avançada para agentes culturais em teatro visando oficinas de sensibilização para crianças, jovens, adultos e idosos

Esse curso tinha como proposta, após fase diagnóstica de conhecimento prévio sobre o domínio em teatro dos agentes culturais envolvidos, capacitá-los para oficinas de sensibilização (entendendo as especificidades de crianças, jovens, adultos e idosos) com carga horária estipulada a fim de desenvolver juntos dos participantes uma noção inicial do que pode ser o teatro na contemporaneidade, aliado ao campo de Pedagogia do Teatro. Partimos do pressuposto que o teatro, assim como toda forma de expressão artística, é para todos.

O curso pretendia abordar concepções metodológicas do ensino de teatro que têm como princípio o trabalho improvisacional, dos quais destacamos:

- i) Jogos Teatrais – Viola Spolin: sistema de ensino de teatro criado a partir de jogos improvisacionais em que o aluno/jogador aprende os recursos estruturantes do teatro (quem / onde / o quê) de forma gradual e lúdica.
- ii) Teatro do Oprimido – Augusto Boal: partindo de questões de interesse social/político do grupo, são abordadas técnicas de descondicionamento corpo/mente para a criação de jogos e cenas com temáticas que dizem respeito aos envolvidos.
- iii) Drama – Beatriz Cabral: a partir de um projeto temático que o agente cultural junto do grupo de alunos pretende investigar, dá-se início à criação teatral com o auxílio do professor-personagem e de episódios, aproximando realidade e ficção.



- b) Curso de capacitação inicial/avançada para agentes culturais em contação de história visando oficinas de sensibilização para crianças, jovens, adultos e idosos

Esse curso pretendia, após fase diagnóstica de conhecimento prévio sobre o domínio em contação de história dos agentes culturais envolvidos, capacitá-los para oficinas de sensibilização (entendendo as especificidades de crianças, jovens, adultos e idosos) com carga horária estipulada a fim de desenvolver juntos dos participantes uma noção inicial do que pode ser a contação de histórias.

Pretendia-se desenvolver uma abordagem com ênfase na oralidade e ações corporais/vocais para o trabalho do contador de histórias. A ideia é que essas histórias fossem oriundas da própria cidade de Brumadinho, coletadas a partir de um trabalho com moradores mais velhos e/ou contadores de histórias, envolvendo espaços públicos, e poemas de artistas locais – valorizando e dando visibilidade aos cidadãos e suas produções artísticas.

- c) Criação de uma esquete teatral com os agentes culturais interessados para promover o acesso ao teatro enquanto espetáculo e manifestação artística

Além das oficinas propostas para os agentes culturais, penso ser importante e essencial que esses agentes também pratiquem a arte espetacular, ou seja, que tenham produções artísticas para que experimentem, em seus próprios corpos, a o fazer teatral. Assim, foi proposto, enquanto projeto, a elaboração de uma cena curta em que os agentes fossem atores. Essa cena seria um “cartão de apresentação” das oficinas de divulgação da Praça CEU – quando essa estivesse inaugurada. A intenção era que as apresentações da cena servissem para mobilizar a população para frequentar e conhecer o equipamento cultural, tomando-o como seu. Além e possibilitar que a futura população, usuária da Praça CEU, pudesse ter oportunidade de ver cenas teatrais – fundamental para quem deseja se expressar através das artes da cena.



6 OS MEANDROS DA PROPOSTA

Destaco que das três ações propostas inicialmente, apenas a segunda ocorreu, sendo a oficina de Contação de histórias. Como o período de divulgação da proposta na cidade aconteceu durante o período de eleição municipal (setembro/outubro de 2016), a divulgação ficou restrita ao bairro em que o equipamento estava sendo construído pois, devido a questões legais, a administração municipal não poderia realizar divulgação das oficinas previstas – o que se configuraria em crime eleitoral – já que a atual administração pública municipal pleiteava reeleição.

As oficinas propostas para adultos e adolescentes, futuros agentes culturais, tiveram como público crianças, adolescentes e adultos, tomando outro formato a partir desse dado. Enquanto professor de teatro formador de outros professores me deparei com um dado de realidade que meus alunos de disciplinas de estágio curricular sempre lidam: o replanejamento a partir do encontro com o outro. Eu havia planejado ações, a partir da demanda da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, porém, era agora que as pessoas interessadas nos cursos se apresentavam com suas demandas e interesses.

Na reunião da qual fui convidado a participar, destinada aos gestores da Praça CEU, ocorrida em setembro de 2016, apresentei aos participantes as propostas previamente escritas por mim, quando ainda não conhecia a demanda da Praça CEU. A reunião foi realizada na quadra da escola municipal do bairro Cohab/Brumadinho, mesmo bairro em que o equipamento cultural estava em construção. Os presentes na reunião eram, além do gestor da prefeitura, representantes da sociedade civil, Ongs e moradores do bairro, além de um vereador.



Figura 1: Reunião da equipe gestora Praça CEU. Apresentação das ações por Ricardo Figueiredo.

Fonte: Prefeitura Municipal de Brumadinho. Setembro de 2016.

Havia, de minha parte, a intenção de capacitar agentes culturais para uma continuidade, quando eu não estivesse mais no trabalho das oficinas da Praça CEU. Porém, para capacitar agentes previa que as pessoas interessadas fossem minimamente iniciadas nas Artes Cênicas, fossem iniciantes ou com práticas de coordenação de trabalhos artísticos. Mais uma vez tive que adaptar a proposta ao perfil do grupo que era composto por moradores do bairro Cohab e que ficaram sabendo das oficinas, dada a proximidade com o local de acontecimento das mesmas: uma escola municipal e uma ONG no bairro.

As oficinas ocorreram em dois dias da semana, dada a disponibilidade de horário e interesse dos participantes: 4ª feira pela noite e sábado pela manhã. Tínhamos em torno de 4 pessoas em cada uma das oficinas. Me deparei com pessoas tímidas, que buscavam uma iniciação artística e não uma capacitação. Tinham vontade de estar na oficina, mas sem qualquer interesse em transformarem-se em agentes culturais e propagadores de saberes artísticos/culturais no futuro.



7 A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

Decidi, dada as condições apresentadas, trabalhar com a contação de histórias. Histórias essas colhidas pelos próprios participantes e de suas interações com moradores da cidade.

Parti do pressuposto, amparado em Walter Benjamin (1994) que há um declínio da capacidade de contar histórias e, particularmente, adentrando o interior mineiro, é bastante recorrente a contação de causos. Me deparei com uma história, logo no primeiro dia de apresentação de uma das turmas, sobre a questão da desapropriação de casas e fazendas para a construção do museu de arte contemporânea: Inhotim. Uma das participantes tem o pai que era dono de uma fazenda onde havia o projeto de criação do Inhotim e com o tempo o terreno foi vendido por seu pai. Vi que teria um “terreno fértil” para implementar a proposta.

O primeiro procedimento realizado com o grupo foi o de ouvir histórias. Criando um ambiente descontraído para o nosso primeiro contato, levei tecidos de tamanhos e cores diversos. Utilizando o tecido, cada pessoa contaria um dado biográfico, se apresentando ao grupo.

Eu já havia realizado essa prática de apresentação antes com grupos de professoras da Educação Infantil. Porém, agora estava diante de pessoas que moram no mesmo bairro de uma cidade pequena e que ficam curiosas em saber da vida do outro. Esse dado, até então não pensado por mim, cerceou algumas histórias de serem contadas em sua plenitude, já que falar de si não é um exercício simples. Aproveitei para destacar alguns elementos das artes da cena que auxiliam no olhar do espectador, tais como: a velocidade e qualidade dos movimentos, as nuances da voz, o uso do espaço, as imagens criadas com o tecido. Intencionalmente buscava evidenciar algum fator usado pelas participantes para mostrar ao grupo que todos podem se expressar através das artes. Ao longo do trabalho frisei esse dado por perceber que muitas vinham ao curso dizendo não ter dom para a atividade artística.



No dia seguinte contei uma história. Utilizei recursos cênicos, já incorporados por mim, na condição de ator e contador de histórias, para compartilhar com as participantes a apreciação de histórias. Histórias sobre lugares, pessoas e acontecimentos foram trazidas por mim ao grupo. Na sequência, propus discussões sobre as histórias em si e sobre a configuração utilizada para contar histórias, das quais eu havia feito uso.

A temporalidade, a espacialidade, além de trazer à tona personagens com suas diversas corporeidades transformaram o ambiente da oficina. Na falta de recursos materiais, recorria à própria narrativa e ao exercício da imaginação das espectadoras/participantes para que embarcassem comigo nas histórias.

As histórias contadas por mim foram recebidas com muitas risadas, suspense e admiração, haja vista a possibilidade de participação das espectadoras nas histórias contadas.

O segundo procedimento foi solicitar às participantes que compartilhassem com o grupo uma história da qual gostavam. Nomeado de “roda das trocas” em que cada participante contava uma história e saía com várias...

Após a rodada das histórias, conversamos sobre alguns recursos utilizados por mim e por algumas delas, que auxiliavam no desempenho do contador de histórias e detinham mais ou menos a atenção dos ouvintes. Além de incentivar a personalidade de cada uma, dada as características de cada pessoa para contar sua história. Uma questão surgiu desse encontro: Como dialogar com o espectador diante a tantos elementos que “roubam” sua atenção? Foi interessante perceber que o grupo de sábado de manhã era composto apenas por domésticas e deixavam o celular ligado para qualquer eventualidade. Propus que a partir do momento que estivéssemos juntos, pudessem se entregar ao processo de criação que estava em curso e aproveitassem dos intervalos para conferirem as demandas trazidas pelo aparelho.

Noutro momento, propus que contassem uma história na primeira pessoa do singular e buscassem compreender que efeito esse elemento trás para quem conta



e quem ouve. Contar a mesma história na terceira pessoa do singular, distanciando o fato narrado e podendo criticar a ação do outro (personagem do qual a história versa). Duas pessoas contarem uma mesma história criando ações distintas para uma mesma versão da história. Contar histórias com imagens corporais, fazendo uso do Teatro Imagem de Augusto Boal. Contar histórias e ter um parceiro que cria imagens, dentre outras sugestões já organizadas por Boal (1998).

Além dessas experimentações realizadas por nós, propunha jogos de improviso, baseados em Viola Spolin (2003) e Augusto Boal (1998) para o início das sessões das oficinas, a fim de “quebrar o gelo” entre o professor e as participantes e possibilitar que se conhecessem um pouco mais. Em geral, as pessoas já se conheciam do próprio bairro, mas não tinham muito contato entre si.

Nessas propostas, aproveitava para conversar sobre a noção de coletividade que o grupo tinha e era comum dizerem da falta de organização coletiva das pessoas, do próprio bairro em si. Falavam da dificuldade em reivindicar melhorias do bairro ou condições de usos da futura Praça que estava sendo construída.

Deixei explícito, também, a importância do equipamento cultural que ali se instalaria e o meu papel, enquanto professor e pagador de uma multa que fora convertida em ação cultural à comunidade. O dinheiro público empregado em todas essas ações, da construção de um equipamento cultural ao meu trabalho como professor da oficina em questão.

Pude constatar que nenhuma delas tinha conhecimento do teatro enquanto profissão e o que se aprende em uma graduação em teatro. Ao mesmo tempo que tinham esse desconhecimento, eram bastante participativas ao dizer sobre a vida de atores/atrizes das novelas e seus personagens. Mas acreditavam que o trabalho realizado por atores/atrizes da televisão é fruto de um dom, oriundo ou por hereditariedade ou por divindade.

Aproveitei momentos como esses para falar da relação que a Arte tem com a educação. “Já imaginaram se Arte na escola fosse só para aqueles que têm dom? O que seria feito com aqueles que não fossem tidos como bons para as artes?”.



Pude entender que aquelas pessoas, mesmo as adolescentes, não tinham experiências em Arte que conseguiram modificar a opinião sobre a área veiculada no senso comum.

Pude então, além de realizar o trabalho com a contação de histórias com esse grupo, apresentar uma noção de Arte mais conectada à própria vida, como um modo de expressão pertencente a todo ser humano e que ali se apresentava de forma a trazer histórias a serem compartilhadas.

A segunda fase da oficina foi a coleta de histórias para contar ao grupo. Uma das participantes questionou se não poderia trazer causos porque seria interessante conversar com sua avó que adora contar causos à beira do fogão à lenha.

O causo é apresentado como uma prática popular em tradição passada de pessoa a pessoa. O contador de causo é, também, uma testemunha do vivido, pois insere no contexto ficcional elementos do real. Por ser oriunda da tradição oral, é contado na maioria das vezes no meio rural e é estruturado e, segundo Suzi Sperber:

A partir da visão do homem do campo, trabalhador rural que, ao contar o acontecimento para a comunidade, mesmo avaliando o acontecido, não deixa de convertê-lo em algo imanente, concreto, importante, memorável. (SPERBER, 2009, p. 461).

Logo, apostar na contação de causos, a partir da segunda parte da oficina, trouxe empolgação ao grupo na coleta do material das pessoas que eram próximas a elas. Foi interessante identificar que os causos foram coletados pelas participantes através de pessoas muito próximas a elas, tais como pais, mães, avós, tios-avós.

O exercício da importância da oralidade se fez presente em nosso curso por revelar que essa prática, tão presente nas pequenas cidades mineiras, ainda está presente no imaginário das pessoas, nas práticas cotidianas e na constituição das cidades.



Em um dos dias de nossos encontros apresentei ao grupo o filme nacional *Narradores de Javé* (2003), de Eliane Caffé. O filme conta a história de um povoado que seria dizimado por uma represa hidrelétrica. Porém, a população poderia evitar a inundação se conseguisse comprovar alguma importância histórica do povoado. E assim tentam escrever a história do povoado, já que não possuem nenhum patrimônio material para comprovação. Contam e registram, com o auxílio do único letrado da cidade, a história do povoado, partindo para a importância do patrimônio imaterial.

Relembro a Constituição Federal de 1988, que inclui o patrimônio intangível dentro da categoria de patrimônio cultural, caracterizando-o mais por processos do que por produtos. Segundo Ulpiano Meneses (2012, p. 31) “os constituintes talvez nem tivessem consciência de que, desse modo, estavam incluindo o corpo como partícipe do patrimônio cultural”, ou seja, o saber fazer, a memória-corpo e, portanto, a oralidade.

Assistir ao filme e conversar sobre a importância da oralidade em nossa sociedade foi importante para o grupo, já que, como no início da oficina, haviam pessoas que tinham relações diretas com parte da propriedade que hoje constitui o museu de arte contemporânea Inhotim.

A partir desse momento algumas histórias sobre a vida na cidade em tempos longínquos foram trazidas, principalmente a relação com o museu Inhotim que, além de desapropriar terrenos de pessoas humildes, trouxe circulação de pessoas do Brasil e do mundo para conhecer o local, impactando na dinâmica da cidade.

Uma das formas encontrada pelos gestores do referido museu foi escolher artistas que retratassem o cotidiano da cidade, buscando homenageá-las. A imagem a seguir é a obra *Rodoviária de Brumadinho* (2005), feita em mural e foi o resultado de uma imersão dos artistas na comunidade:

com o objetivo de conhecer as pessoas, seu caráter, valores e vitalidade, para então retratá-las com sensibilidade e os trabalhadores que constituem



a espinha dorsal de uma sociedade e que, raramente, são objetos de representação, ou que, quando o são, raramente opinam sobre a maneira como são retratados. [...] Ahearn e Torres escolheram seus modelos entre a população de Brumadinho [o mural] representa a estação rodoviária de Brumadinho e as pessoas que passam por ela, um lugar que não é apenas um terminal de transporte, mas também centro de vida social, pois nele se apresentam grupos de danças populares. (INHOTIM, 2017, p.01)



Figura 2: Rodoviária de Brumadinho, 2005. Obra de John Ahearn e Rigoberto Torres.

Fonte Museu Inhotim. Disponível em <http://www.inhotim.org.br>.

Ao longo dos demais dias da oficina, algumas participantes manifestaram nunca terem visitado o museu, mesmo tendo um dia da semana gratuito para moradores da cidade. Sabemos que a frequência a espaços públicos não é um dado natural, bastando o equipamento existir para ser usado por pessoas da comunidade. E como se atentar a esse fato para a futura Praça CEU? A noção de pertencimento é um tema discutido na cartilha de Mobilização social e o grupo gestor (BRASIL, 2014). Segundo orientações:



Quanto mais aberta e participativa for a coordenação e a gestão da Praça mais a comunidade vai se sentir pertencente e convidada a participar verdadeiramente do espaço, opinando e contribuindo, ocupando e cuidando dos espaços, dando vida à Praça. A Praça é o espaço de lazer e acesso à cultura mais perto de casa e para muitos se torna a própria extensão da casa. (BRASIL, 2014, p. 06)

Ou seja, já é indicado aos gestores da Praça CEU que se atentem a esse fato e na cartilha há indicações de estratégias para promover o acesso e a frequência da população ao equipamento cultural.

Penso que a oficina possibilitou algumas discussões sobre esse tema e tentou encorajá-las a se sentirem enquanto membros ativos do uso da Praça.

A oficina finalizou-se em outubro de 2016 e até o momento, dezembro de 2017 não tenho notícia da inauguração do equipamento. Além da troca de gestão municipal da cidade de Brumadinho, as obras tiveram novo atraso, assim como o repasse da verba, feito pela Caixa Econômica Federal.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tive como intenção, ao me propor a compartilhar meus saberes aprendidos ao longo de minha formação profissional, no cumprimento do TAC, de me inserir socialmente na comunidade em que vivo, além de possibilitar aos participantes conhecerem mais sobre si, sobre o outro (parceiros de oficinas e contadores de história), sobre o uso de um equipamento cultural oriundo de política pública e da área das Artes Cênicas – até então desconhecida em suas potencialidades artísticas por aquelas pessoas.

Na condição de condutor da oficina tive diversos aprendizados ao longo do tempo de permanência junto aos grupos. Precisei rever vários pressupostos ao chegar em um contexto em que eu não era familiar. Precisei adaptar o modo de trabalho, o planejamento da proposta e abrir mão do que havia sido acordado antes de conhecer as pessoas com as quais trabalharia.



Pude incentivar as participantes a exercitarem a autonomia, a reconhecerem seus direitos ao acesso a bens públicos e equipamentos culturais. A gestão compartilhada da Praça CEU é um lugar potente de retomada do poder do cidadão para uma responsabilidade de, reconhecendo a importância de equipamentos culturais e de lazer, deve reivindicar bens públicos que favorecem o convívio e a produção de bens imateriais de um povo.

Como desdobramento da minha ação inicial, elaborei um projeto de extensão universitária, dado meu interesse pessoal e dever político, sendo professor de uma universidade pública, que prevê a capacitação de agentes culturais da própria cidade para ofertar oficinas – tais como intencionava com a apresentação da proposta inicial.

É preciso educar os agentes culturais, formar os formadores, propiciar conhecimento para se criar gosto por essa experiência, propondo processos apaixonantes para formar apaixonados.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21 DA CULTURA. Disponível em www.agenda21culture.net. Acessado em 06/05/2016.

BENJAMIM, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 7ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BOAL, Augusto. **Jogos para atores e não-atores.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Cartilha de orientação para ações de mobilização social nos Centros de Artes e Esportes Unificados – CEUs.** Governo Federal. Brasília, 2014.

CABRAL, Beatriz. **Drama como método de ensino.** SP: Hucitec: Edições Mandacaru, 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.



INHOTIM. Disponível em <http://www.inhotim.org.br>. Acessado em 01/12/2017.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. *In: I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão*, Ouro Preto/MG, 2009 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; coordenação, Weber Sutti. –Brasília, DF: Iphan, 2012. (p.20 – 31)

NARRADORES de Javé. Rio de Janeiro: Riofilmes, 2003. 1 DVD (85 min): son, color.; (Riofilmes, Nacional)

MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em: <http://ceus.cultura.gov.br> Acessado em 01/12/2017.

PASCUAL, Jordi. Ideias-chave sobre a agenda 21 da cultura. *In: COELHO, Teixeira (Org.). A cultura pela cidade.* São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008. (p. 49 – 62)

SPERBER, Suzi. **Ficção e razão:** uma retomada das formas simples. SP: Hucitec, 2009.

TEIXEIRA COELHO. **Dicionário crítico de política cultural.** São Paulo: Iluminuras, 1997.

SPOLIN, Viola. **Improvisação para o teatro.** 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2003.

Recebido em 14 de Dezembro de 2017
Aprovado em 28 de Maio de 2018